



# Urdimento

REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS  
E-ISSN 2358.6958

## A tentativa de uma macropolítica de cultura na cidade de Campinas

Márcia Baltazar

Para citar este artigo:

BALTAZAR, Márcia. A tentativa de uma macropolítica de cultura na cidade de Campinas. *Urdimento* – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 3, n. 45, dez. 2022.

 DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1414573103452022e0103>

Este artigo passou pelo *Plagiarism Detection Software* | iThenticate



A Urdimento esta licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) – (CC BY 4.0)



## A tentativa de uma macropolítica de cultura na cidade de Campinas<sup>1</sup>

Márcia Baltazar<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo do artigo é relatar a experiência de inauguração e os primeiros anos do Conselho Municipal de Política Cultural de Campinas (CMPC). Como contexto teórico, parte-se dos entrelaçamentos entre micro e macropolíticas na área cultural, sobretudo no campo teatral. A metodologia para a pesquisa contou com entrevistas, questionários, presença em reuniões do Conselho e das Câmaras, além de análise de atas e de reuniões gravadas. Conclui-se que a experiência do CMPC, neste momento, é tão descolonizante de inconscientes quanto a micropolítica da arte.

**Palavras-chave:** Conselho de Cultura. Sistema Municipal de Cultura. Campinas. Participação. Política Cultural.

## The process of implementing a politics of culture in Campinas city

### Abstract

The objective of the article is to report the experience of the first years of the Council of Cultural Policy of Campinas. It starts making links between micro and macro policies in the cultural area into a theoretical context, especially in the field of performing arts. The methodology for the research was based on interviews, questionnaires, attendance at Council and at groups meetings and also on the analysis of minutes and recorded meetings. It is concluded that the experience of the Council of Campinas at this moment is as decolonizing of the unconscious as the micropolitics of art.

**Keywords:** Council of Culture. Municipal System of Culture. Campinas. Participation. Cultural Policy.

---

<sup>1</sup> Revisão ortográfica e gramatical do artigo realizada por Luciene Oliveira da Costa Granadeiro, Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

 [lucienevanzeller@yahoo.com.br](mailto:lucienevanzeller@yahoo.com.br)

 <http://lattes.cnpq.br/1284734395553717>

<sup>2</sup> Professora Adjunta no Departamento de Teatro na Universidade Federal de Sergipe (UFS) na área de Pedagogia do Teatro. Integrante dos grupos de pesquisa CNPQ: Grupo de Pesquisa em Pedagogia das Artes Cênicas /GPPAC/USP, Territórios Urbanos /UFS e E-LABORE(si) - práticas corporais e tecnologias /UNESP.  [marciabalta@gmail.com](mailto:marciabalta@gmail.com)

 <http://lattes.cnpq.br/0456761281464077>

 <https://orcid.org/0000-0001-5455-1287>



## Una tentativa de una macropolítica de cultura na cidade de Campinas

### Resumen

El objetivo del artículo es relatar la experiencia de inauguración y los primeros años del Consejo de Política Cultural de Campinas. Como contexto teórico se basa en el entrelazamiento entre micro y macro políticas en el área cultural, especialmente en el campo teatral. La metodología de la investigación incluyó entrevistas, cuestionarios, asistencia a reuniones de Consejo y Cámara, además del análisis de actas y grabaciones de reuniones. Se concluye que la experiencia de del Consejo en este momento es tan descolonizadora del inconsciente como la micropolítica del arte.

**Palabras clave:** Consejo de Cultura. Sistema Municipal de Cultura. Campinas. Participación. Política Cultural.



## Micropolíticas e Macropolíticas

Diante do desafio de escrever um artigo sobre cidade e experiências artísticas, sobretudo as de teatro, optamos por realizar uma abordagem política. Portanto, a fim de tecer o contexto de análise, introduzimos, primeiramente e de forma bem resumida, as diferenciações e conexões entre macro e micropolíticas apresentadas por Suely Rolnik em seu livro *Esferas da Insurreição* (2019).

A psicanalista, filósofa e curadora de arte está em diálogo com autores como Antonio Negri e Michael Hardt, que apresentam o “capitalismo cognitivo” como a nova fase do capitalismo que expropria a potência de criação dos(as) trabalhadores(as) (Rolnik, 2019, p.33). Suely cunha o termo “cafetinagem” para traduzir o atual regime operante do inconsciente colonial-capitalístico, um regime que agencia e usa de forma abusiva de nossas forças vitais alimentando a reprodução do capitalismo, “levando o desejo a uma entrega cega a seus desígnios” (Rolnik, 2019, p.24).

Lendo Rolnik, nós nos damos conta de que o capitalismo contemporâneo se especializou na micropolítica, ou seja, no campo da reprodução da vida e das ações do desejo. Segundo a autora, até mesmo as práticas artísticas, que têm a potência micropolítica como essência, encontram-se expropriadas de sua potência devido à cafetinagem e à instrumentalização pelo capital.

Para Suely, as esquerdas tradicionais estão perdidas diante deste cenário global que nos exige ações para liberar a arte & a vida da cafetinagem ao regime colonial-capitalístico. A autora defende que a subjetividade planetária se sedimentou historicamente em torno de um inconsciente colonial capitalístico e que o desafio das correntes políticas de esquerda é descolonizar inconscientes. A constante transformação social exige ajustarmos o foco de nossas ações entrelaçadas tanto na micro quanto na macropolítica para uma descolinização de inconscientes.

A autora expõe sete pontos de análise quanto às dessemelhanças e aos entrelaçamentos nas insurgências micro e macropolíticas que resumimos no quadro abaixo (Rolnik, 2019, p.123-143).



Categorias de análise:	Micropolítica	Macropolítica
Foco	tensão entre o sujeito e o fora do sujeito	sujeito
Agentes em potencial	humanos e não humanos	humanos
O que move seus agentes	“anunciar” mundos por vir	denúncia de injustiças
Intenção	potencialização da vida	empoderamento do sujeito
Critério de avaliação das situações	critério pulsional e sua ética	critério moral
Modos de operação	afirmação	negação
Modos de cooperação	ressonância entre frequências de afetos para a construção do “comum” <sup>3</sup>	reconhecimento identitária para construir movimentos organizados e/ou partidos políticos

Como dito por Suely, a arte tem essencialmente uma potência micropolítica, e as insurgências micropolíticas de descolonização de inconscientes são sempre comunidades temporárias. A autora menciona a atual expansão do campo da arte:

[...] para habitar uma transterritorialidade onde se encontram e desencontram com práticas ativistas de toda espécie – feministas, ecológicas, antirracistas, indígenas, assim como os movimentos dos LGBTQI, os que lutam pelo direito à moradia e contra a gentrificação, entre outros. [...]  
[...] Isto é muito distinto de uma certa ideia de “arte política” ou “arte engajada” que converte suas práticas em panfletos, veículos macropolíticos de conscientização, denúncia e transmissão ideológica [...] (Rolnik, 2019, p.95).

No campo das artes cênicas, o entrelaçamento da macro e da micropolítica sempre despertou diversos procedimentos de criação desde Brecht, Boal à performance. Em artigo de Hugo Cruz, Isabel Bezelga e Isabel Menezes (2020), encontramos o termo “ativismo” como modo de produção e participação continuada artístico-política e também modo de ação micropolítica.

O ativismo, resultado do cruzamento entre arte e ativismo, é uma forma de participação que envolve uma ação continuada com objetivos de mudança social ou política e que privilegia a ação direta (Jordan,

<sup>3</sup> Suely define o comum “como campo imanente da pulsão vital de um corpo social quando a toma em suas mãos, de modo a direcioná-la à criação de modos de existência para aquilo que pede passagem” (Rolnik, 2018, p.33).



2002). Assume-se como a confluência da dimensão política da arte com os territórios do protesto social, visando dar visibilidade a situações sociais politicamente significativas (Raposo, 2015). Esse movimento emerge do crescente interesse que a arte contemporânea manifesta pelo político, debatendo-se com as limitações do sistema face à crítica política (Cruz, Bezelga, Menezes, 2020, p.7).

Considerando que a arte necessariamente é do campo micropolítico, tecemos uma ponte com o pensamento do pesquisador espanhol Óscar Cornago quando o autor fala sobre o caráter público da arte e especificamente do teatro. Para Cornago, público é o tempo da arte. A experiência artística dispara uma consciência temporal, plural e coletiva impregnada de memórias, afetos, experiências e conhecimentos, sendo esse o caráter público da arte (Cornago, 2019).

Especificamente sobre a cena teatral e sua capacidade de colocar-se em relação com outros, Cornago argumenta a formação de pequenas comunidades sensíveis como fruto de um “terceiro olho”:

[...] ese tercer ojo que nos da la conciencia pública de estar en un lugar y en una situación que no controlamos totalmente, un lugar que nos pertenece y en el que al mismo tiempo somos extraños, porque nunca se es una única cosa ni se está em un único lugar (Cornago, 2019, p.39).

O autor também critica o senso comum, fruto do liberalismo econômico, que considera como público apenas a arte de rua, ou realizada em espaços públicos, ou ainda aquelas obras para grandes plateias ou propostas de caráter participativo (Cornago, 2019, p.21)<sup>4</sup>.

Sabemos que a ocupação de determinados espaços públicos podem não ocorrer por questões instrumentais e/ou simbólicas. No entanto, pesquisadores do teatro em comunidades ibero-americanas argumentam o quanto o espaço público é definidor do caráter público e participativo de um evento artístico.

[...] Esse aspecto perfila-se como uma característica relevante, pois o espaço, e as possibilidades de acesso (simbólico e real) a ele, são uma componente fundamental de relação e questionamento da realidade na criação artística. Assim sendo, as dinâmicas de transformação que parecem gerar-se na relação espaço cênico-participantes-espaço

---

<sup>4</sup> [...] Estereótipos que desde los años ochenta dejaron de funcionar, pues ni la calle, ni la cantidad de público ni la apariencia de participación garantizan la cualidad pública de un evento, e incluso al contrario, podrían hacer sospechar acerca de tal evidencia.[...]



público são essenciais em processos que se desenvolvem com esse enquadramento. Considerando o fazer teatral como uma possibilidade de criação de realidades alternativas, contendo ensaios de outras formas de ser e estar, pode-se ganhar maior potencialidade quando acontece nos espaços do cotidiano dos participantes (Boal, 1977; 2009; Katzmaier, 2018 apud Cruz, Bezelga, Menezes, 2020, p.14).

Autores como Carreira (2019) e Werneck Lima (2020) analisam as qualidades espaciais que influenciam a dramaturgia ou a dinâmica cênica entre *performers* e participantes, em geral intitulada *site-specific*. Tecendo uma associação com o pensamento de Rolnik, tais experiências teatrais – ocorridas geralmente em ocupações de espaços públicos e com participações efêmeras dos ditos não artistas – podem ser consideradas como insurgências micropolíticas, as quais são sempre temporárias e transitórias (Rolnik, 2019, p.36).

No entanto, nos questionamos sobre as políticas que buscam ser mais estruturantes, institucionalizantes e de longo prazo para as cidades, as quais são classificadas como macropolíticas. Nesse campo podemos, a princípio, alocar os conceitos de ação cultural e política cultural.

Para Teixeira Coelho (1997), a política cultural é o conjunto de iniciativas advindas do Estado e de instituições civis que visam “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (Coelho, 1997, p.292). Basicamente, o autor classifica as políticas culturais como ou voltadas à difusão cultural – a qual se fundamenta na concepção de existência de uma cultura de maior importância que deva ser socializada –, ou voltadas a atender as demandas sociais.

Tecendo um argumento de que se perdeu, nas sociedades pós-modernas, a noção de futuro como norteadora de projetos sociais de longo prazo, Teixeira Coelho afirma que novas configurações de políticas de eventos podem ser paradoxalmente soluções mais adequadas ao atual polo orientador da vida individual e coletiva (Coelho, 1997, p.304-305).

Quanto à ação cultural, Teixeira Coelho a associa diretamente aos procedimentos de execução de uma política cultural. Entretanto, o autor também menciona que, tradicionalmente, o conceito de ação cultural está



associado ao “processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos inventem seus próprios fins no universo da cultura” (Coelho, 1997, p.32).

A ação cultural, por estar direcionada a populações específicas, vincula-se aos conceitos de território<sup>5</sup> e de redes<sup>6</sup>. Numa ação cultural, o objeto a ser agido é a cultura de populações circunscritas geograficamente (Pupo e Veloso, 2020, p.7) ou que travam relações culturais em redes e, não raro, o conceito de ação cultural se confunde com o de ação sociocultural.

Para Teixeira Coelho, a ação sociocultural é uma modalidade de ação cultural que tem por finalidade “dissipar a incomunicabilidade social que se ergue entre a obra e as pessoas por motivos de natureza econômica, política ou outra” (Coelho, 1997, p.33).

Esta ação assim entendida, também chamada de ação sociocultural, tende a colocar uma pessoa, um grupo ou uma comunidade, em condições de exprimir-se em todos os aspectos da vida social. Para esta concepção, a ação cultural não atinge seus objetivos quando se propõe apenas a criar relações entre as pessoas e a obra de cultura ou mesmo quando se propõe a promover a criação cultural em seu sentido amplo (ação cultural propriamente dita); estas relações devem ser tais que possibilitem às pessoas, compreendendo e dominando os procedimentos da expressão cultural, por sua vez expressarem-se elas mesmas de modo autônomo e nos mais diferentes domínios da vida social. A ação sociocultural propõe às pessoas, considerando seu momento e o seu espaço próprios, bem como os meios à sua disposição, uma reflexão crítica sobre a obra cultural, sobre si mesmas e sobre a sociedade [...], não lhe bastando, porém, desenvolver entre as pessoas um tipo de relacionamento qualquer, uma forma de aproximação qualquer, nem se contentando com oferecer-lhes apenas a fruição de um momento de lazer; será necessário que dessa ação resulte um benefício claramente caracterizado como social (Coelho, p. 33).

O mesmo autor também considera a relação estreita entre ação sociocultural e as características dos territórios urbanos:

---

<sup>5</sup> Considera-se o território um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais (Milton Santos, 2017).

<sup>6</sup> Segundo Milton Santos (2017), podemos considerar as redes no aspecto da dimensão material como, por exemplo, a infraestrutura que permite o acesso ao transporte, ou no aspecto da dimensão simbólica, como, por exemplo, as redes sociais da *internet*.



Para as políticas culturais que buscam uma atuação sociocultural, uma das principais questões levantadas pela globalização é a do tratamento cultural dos grandes espaços urbanos que já não são mais públicos – no sentido de espaços para todos, de que todos podiam usufruir em harmonia o tempo todo –, mas que se apresentam, agora, como espaços apropriados (pela classe média, mediante o recurso legal ou ilegal ao fechamento das ruas numa tentativa de evitar a ação de criminosos; pela marginalidade, mediante o recurso à violência física direta e à delimitação de territórios "livres", quer dizer, entregues ao tráfico, nos quais cada um penetra por risco e conta próprios; pelas grandes corporações econômicas com suas cidades artificiais, como o bairro de La Défense, em Paris) dos quais o espírito político (a rigor, o espírito urbano) é cada vez mais escorraçado (Coelho, p. 184-185).

Em diálogo com Teixeira Coelho e diante do campo expandido da arte em nossa contemporaneidade, Maria Lúcia Pupo e Verônica Veloso buscam colocar no campo das ações culturais as ações artísticas conviviais e participativas.

Reconhecer tal ação [artística] como derivada da ação cultural significa que ela se apoia nos mesmos princípios que a primeira, voltados para a construção simbólica, a conquista da autonomia por parte dos cidadãos, a invenção de espaços de encontro, de debate e de reflexão sobre o mundo. Acontece que nem sempre tais situações se articulam em condições adequadas para que a ação cultural se estabeleça plenamente, com a devida construção de vínculos e o tempo de permanência necessários para que os envolvidos se tornem autônomos na definição dos meios e fins; a ação artística ocorre em condições mais precárias e insuficientes do que aquelas necessárias para que a ação cultural ocorra (Pupo, Veloso, 2020, p.10).

A efemeridade das ações artísticas quanto aos vínculos estabelecidos e ao tempo, geralmente de médio prazo de execução, é totalmente reconhecida devido à própria natureza micropolítica dessas ações. Porém, diante do jogo colonial-capitalístico, intencionamos também apontar sugestões de macropolíticas desenhadas com o intuito de flexibilização das políticas culturais de longo prazo e incentivo à formulação e execução participativa de um Sistema Nacional de Cultura.

### Projeto de política cultural flexível, descentralizada e participativa

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) de nosso país, instituído por emenda constitucional de 2012, configura-se como uma estratégia macropolítica de



condução para um sistema de política cultural nacional articulado entre as esferas federal, estaduais e municipais e, principalmente, buscando a participação da sociedade civil de forma permanente e institucionalizada. O modelo parte de experiências bem-sucedidas no Brasil como o Sistema Único de Saúde (SUS) e intenciona ser “consistente e flexível na sua estrutura e profundamente democrático” (Minc, 2012, p.11), permitindo mudanças constantes e necessárias às contínuas transformações culturais de uma sociedade.

Ainda não há uma lei que regulamenta o SNC, mas, desde 2012, políticas foram paulatinamente conduzidas rumo ao estabelecimento de padrões de gestão para os sistemas estaduais e municipais de cultura, seguindo os mesmos moldes do desenho do SNC. Segundo o modelo do SNC (Minc, 2012), os sistemas estaduais e municipais devem seguir um padrão de gestão da cultura integrada entre os seguintes componentes: coordenação por um órgão gestor da cultura; instâncias de articulação, pactuação e deliberação as quais são: Conselho de Política Cultural, Conferência de Cultura e Comissão Intergestores<sup>7</sup>; estabelecimento do Plano de Cultura, do Sistema de Financiamento da Cultura, do Sistema de Informações e Indicadores Culturais e do Programa de Formação na Área da Cultura como instrumentos de gestão; podendo também conter Sistemas Setoriais de Cultura, como Sistema de Patrimônio Cultural, Sistema de Museus, Sistema de Bibliotecas, dentre outros.

Na contramão, nos últimos quatro anos, vivenciamos o desmonte do Ministério da Cultura. Se pudermos falar de alguma política de cultura nacional entre os anos de 2018 a 2022, quando conduzida, foi em direção a eventos de interesse do poder executivo e, quando preterida, foi tomada pelo movimento orquestrado por muitos e muitas agentes culturais diante da situação emergencial de calamidade pública provocado pela pandemia do COVID-19 e pela má gestão federal.

Diante do cenário de destruição de todos os avanços de política democrática de cultura desenhada no SNC, a emergência da pandemia acabou criando condições para que os(as) agentes culturais se voltassem para uma

---

<sup>7</sup> No caso dos sistemas estaduais, comissões bipartites entre estado e municípios, e no caso do SNC, comissão tripartite entre estados, municípios e governo federal.



articulação política entre si com o intuito de, no mínimo, garantirem sua sobrevivência. Essa articulação política resultou na aprovação da primeira Lei Aldir Blanc, em 2021.

A partir do aprendizado político – principalmente por meio de redes sociais e videoconferências durante a pandemia –, houve uma integração do movimento de agentes culturais no país todo, fortalecendo uma rede para as proposições relacionadas às leis Aldir Blanc 2 e Paulo Gustavo em 2022.

Segundo alguns(mas) gestores(as) de cultura<sup>8</sup>, as leis de 2022 para o setor cultural favorecem cada vez mais a implantação efetiva dos Sistemas Municipais de Cultura e a regulação definitiva do SNC, principalmente porque indicam uma transferência de recursos fundo a fundo. Ou seja, essas leis versam o repasse do Fundo Nacional de Cultura para os Fundos Municipais de Cultura, além de condicionarem o repasse à manutenção do financiamento médio municipal dos últimos três anos na área cultural e à implantação ou fortalecimento dos Sistemas Municipais de Cultura.

A partir da avaliação da primeira Lei Aldir Blanc, constatou-se que aqueles municípios que já tinham instituído seus Conselhos de Políticas Culturais, já contavam com um órgão gestor específico para a Cultura e possuíam um Fundo Municipal de Cultura foram os municípios que mais conseguiram repassar a totalidade dos recursos da lei para os trabalhadores locais da cultura<sup>9</sup>. Isso indica mais um passo rumo à descentralização das políticas culturais, tais como o Programa Cultura Viva – política cultural de fomento aos Pontos de Cultura.

Portanto, a pandemia acabou causando o direcionamento da formulação das políticas culturais brasileiras para os municípios. O que, teoricamente, é o desenho mais adequado para uma política que buscará atender às demandas específicas de cada território.

No entanto, diante de nossa história e das especificidades regionais, vejamos os possíveis problemas ainda existentes para um bom funcionamento

---

<sup>8</sup> Vide no *Youtube* o Programa Municipando do canal Municipal Gestão Cultural.

<sup>9</sup> Tal foi o caso da cidade de Campinas, no estado de São Paulo, cuja gestão municipal, com o apoio do Fórum Permanente Municipal de Cultura, conseguiu transferir praticamente 100% dos recursos da Lei Aldir Blanc 1.



do modelo estratégico de política cultural participativa desenhado para os Sistemas Municipais de Cultura.

Como não houve ainda regulação do SNC, o Acordo de Cooperação Federativa do SNC (contrato de intenções entre federação e estados e entre federação e municípios) tem instituído sistemas estaduais e municipais de cultura só de fachada. Isso se deve principalmente à permissão, por falta da lei regulatória, de Conselhos de Cultura com representantes da sociedade civil indicados pelo poder executivo e não eleitos e à falta de órgãos gestores específicos para a pasta da Cultura nas instâncias federadas.

Para que a concepção participativa de formulação política do SNC ocorra, é fundamental a elaboração dos Planos de Cultura nas esferas estaduais e municipais e as decorrentes execuções das ações estabelecidas nos Planos. De acordo com o Guia de Orientações para os Municípios sobre o SNC (Minc, 2012), aconselha-se que os Planos de Cultura sejam decenais e criados a partir das propostas votadas nas Conferências de Cultura e/ou formuladas nos Fóruns Permanentes de Cultura. Os Planos de Cultura também podem sofrer revisões quinquenais diante da deliberação majoritária em Conferências de Cultura. No entanto, constatamos que poucos estados e municípios efetivaram em lei seus Planos de Cultura.

Devido às brechas existentes em razão da falta de lei regulatória do SNC, os dados encontrados nas plataformas da Secretaria Especial da Cultura sobre a quantificação de estados e municípios que implementaram seus Sistemas de Cultura são falaciosos. Muitos desses estados e municípios não pautam como política e pasta orçamentária a Cultura e seguem os moldes tradicionais de gestão centralizada.

Dessa forma, para este artigo, escolhemos focar na proposição do SNC para os Conselhos de Políticas Culturais, analisando um caso de tentativa de implantação do modelo proposto na cidade de Campinas, no estado de São Paulo.

Campinas é uma cidade fundada há mais de 200 anos e com cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes. Durante toda a sua história, foi impulsionada por



políticas para o desenvolvimento do interior paulista. Passam por Campinas todas as principais rodovias do estado. É uma cidade espalhada em um grande território e, sobretudo, segregada.

Por ter sido uma cidade escravocrata, a ferrovia dividia a cidade entre ricos(as) brancos(as) e pobres pretos(as) até meados do século XX. Hoje, a Rodovia Anhanguera representa ainda essa divisão racista e econômica, separando as regiões Norte e Leste – caracterizadas por rendas mais altas e população mais branca – das regiões Oeste e Sul – caracterizadas por rendas mais baixas e população mais preta.

No entanto, há uma tendência à integração “racial” em Campinas, impulsionada não só por fatores econômicos, mas também por desejos entre os(as) fazedores(as) da cultura. A composição e a atuação em seus primeiros dois anos do Conselho Municipal de Política Cultural de Campinas mostra isso.

### O Conselho Municipal de Política Cultural de Campinas em seus primeiros dois anos de existência

A proposição de Conselhos de Cultura no Brasil data da época da ditadura. Tais conselhos foram instituídos por leis nas quais o poder executivo indica todos(as) os(as) conselheiros(as) e nas quais o conceito de cultura gira apenas em torno de atividades intelectuais e artísticas.

Na área cultural, a existência de conselhos é antiga, mas há vários tipos de conselho. Os mais tradicionais são os chamados conselhos de “notáveis”, compostos por personalidades de destaque na vida intelectual e artística. Há também os conselhos de tipo “corporativo”, compostos por representantes indicados pelas associações e sindicatos de produtores, artistas e técnicos dos vários setores da cultura. Existem, ainda, os conselhos de “especialistas”, que em geral atuam na proteção do patrimônio histórico e são compostos por arquitetos, urbanistas, historiadores, sociólogos e antropólogos, entre outros. Esses conselhos, em geral, são consultivos e presididos pelo poder público, representado quase que exclusivamente pelo órgão de cultura. Esses tipos de conselhos são, hoje, inadequados ao que dispõe a Constituição de 1988, que consagrou o conceito amplo de cultura, que inclui todos os “modos de criar, fazer e viver” dos “grupos formadores da sociedade brasileira” (artigo 216). Nesse novo contexto, devem ter assento nos Conselhos de Política Cultural, além dos segmentos artísticos, os setores ligados à economia da cultura (trabalhadores, empresários e produtores culturais) e os movimentos sociais de identidade, como os



que representam as etnias (culturas indígenas, afro-brasileiras, de imigrantes, entre outras), as identidades sexuais (de gênero, transgênero e de orientação sexual) e as faixas etárias (como os movimentos de juventude, por exemplo). Também devem ter assento representantes de circunscrições territoriais (bairros, distritos e povoados) e de instituições não governamentais ligadas aos temas da cultura. O conceito amplo de cultura condiciona mudanças também na participação do poder público, que deve incluir não apenas os órgãos de cultura, mas representantes de outras políticas públicas que têm interface com a política cultural, tais como: educação, comunicação, turismo, ciência e tecnologia, meio ambiente, esporte, saúde, segurança pública e desenvolvimento econômico e social. Ainda na esfera do Poder Público podem ser incluídos representantes do Poder Legislativo e de instituições públicas de ensino e pesquisa. Esses são os critérios que devem nortear a composição dos Conselhos de Política Cultural, mas é a realidade cultural de cada município que determinará quantos membros e quais segmentos terão assento no Conselho (Minc, 2012, p. 38-39).

Seguindo o modelo proposto pelo Ministério da Cultura em 2012, estaríamos diante de um mundo ideal. No entanto, há muitos desafios para serem enfrentados até a efetivação desse modelo na prática. Vejamos, como estudo de caso, a recente experiência de implantação do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) de Campinas.

Desde 2013, tem havido em Campinas um movimento de integração socioterritorial, artística e cultural<sup>10</sup>. Esse movimento foi inicialmente protagonizado pelo Fórum Permanente de Cultura de Campinas (FPCC). Tal mobilização foi empreendida por pessoas jovens, em sua maioria, moradores(as) de Barão Geraldo – distrito onde está localizada a Universidade Estadual Paulista (Unicamp) –, universitários(as) e vinculados(as) às linguagens artísticas, sobretudo, ao teatro.

Essas pessoas tomaram o espaço de participação política democrática e não só elegeram representantes do Conselho de Cultura, mas realizaram diversas atividades de articulação e busca pela participação da classe artística, movidas por um ideal de construção de uma política de cultura inclusiva, territorial, permanente, instituída em todas as esferas do governo local e realmente pública, ou seja, democrática.

---

<sup>10</sup> Em 2013, Campinas firmou com o Ministério da Cultura o Acordo de Cooperação Federativa para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC).



Até 2020, os(as) integrantes do Fórum Permanente de Cultura de Campinas (FPCC) eram quem elegia os(as) representantes da sociedade civil para o Conselho de Cultura da cidade segundo lei municipal de 2005. Esse conselho, apenas consultivo, era composto por quinze membros(as), sendo seis representantes da administração municipal e nove representantes da sociedade civil vinculados(as) às linguagens artísticas e agremiações culturais de Campinas.

Os(As) representantes da sociedade civil, eleitos(as) pelo FPCC e que compuseram o Conselho de Cultura entre os anos 2016 e 2020, realizaram um trabalho de mobilização de classe e mobilização territorial, além de forte atuação na preparação da Conferência Municipal de Cultura de 2018, a qual teve como objetivos principais a elaboração do Plano Municipal de Cultura e a revalidação da minuta de lei do Conselho Municipal de Política Cultural<sup>11</sup>. Todo o trabalho desses(as) jovens nesses anos foge do escopo deste artigo. Salientamos apenas que o FPCC foi muito atuante também na proposição junto à Secretaria Municipal de Cultura de estratégias de repasse dos recursos da Lei Aldir Blanc aos(às) trabalhadores(as) de cultura da cidade em 2020, durante a pandemia do COVID-19.

Após longo processo de debate e pressão, em 7 de outubro de 2020, a Câmara Legislativa de Campinas aprovou as leis do Plano Municipal de Cultura de Campinas, do Sistema Municipal de Cultura de Campinas e da instituição do Conselho Municipal de Política Cultural, cumprindo finalmente o Acordo de Cooperação Federativa para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura. Vale ressaltar que o fato de o músico e professor universitário, Ney Carrasco, ter se mantido como Secretário de Cultura do Município, no período de 2012 a 2020, foi importante para a articulação dessas conquistas em forma de lei. Também, em 2020, foi instalada a Comissão de Cultura da Câmara Legislativa. Essa comissão ajudou na cobrança de prazos e realização de audiências públicas, fortalecendo a pressão do FPCC para a aprovação das leis.

Quanto ao primeiro Plano Municipal de Cultura (PCult) de Campinas, aprovado em 2020, ele foi norteado pela lei do Plano Diretor Estratégico de

---

<sup>11</sup> A minuta de lei do Conselho Municipal de Política Cultural havia sido preliminarmente elaborada na Conferência Municipal de Cultura de Campinas de 2014.



Campinas<sup>12</sup>, no qual há uma caracterização dos territórios e propostas para seus desenvolvimentos urbanos. Assim, no PCult, propõe-se pensar a cultura nas 18 áreas de planejamento e gestão (APG) da cidade.

No PCult de Campinas, chama-nos a atenção a diferenciação, no eixo V, entre as metas 16 – Cidadania Cultural – voltada às culturas periféricas, populares e de base comunitária, e a meta 17 – Fomento às Linguagens Artísticas – a qual parece estar assentada na concepção de que os artistas ligados às linguagens são uma elite desvinculada das culturas populares e de base comunitária, concepção essa que a arte contemporânea vem modificando cada vez mais.

Nesse documento, a ênfase na valorização da diversidade cultural e artística da cidade fica clara, como no trecho: “O Plano tornou sobrejacente essas muitas descendências, essas muitas influências artístico-culturais, aquilo que nem sempre olhamos, mas que nem por isso deixa de existir, colocando-as em evidência” (Campinas, 2020 (a), p.15).

Por esse propósito, também se pautou a constituição do Conselho de Política Cultural da cidade. No texto da lei, que institui o novo conselho, agora deliberativo, fica evidente como se classificaram as câmaras setoriais, a base de representação, de cada uma das 38 vagas de conselheiros(as) de cultura, e como se definem as linguagens e manifestações consideradas. Metade das cadeiras é ocupada pela sociedade civil assim distribuída:

- a) 3 (três) representantes eleitos na Câmara Setorial das Artes, composta dos segmentos artísticos, entre eles: teatro, dança, circo, música, literatura, livro e leitura – abrangendo bibliotecas, escritores e saraus –, artes visuais – abrangendo artes plásticas, artes gráficas e fotografia –, audiovisual – abrangendo cinema, vídeo, animação, games e cineclube –, artes de rua e outras linguagens artísticas;
- b) 3 (três) representantes eleitos na Câmara Setorial da Cidadania Cultural, composta de movimentos culturais de afirmação de direitos e

---

<sup>12</sup> O Plano Diretor de Campinas é o atual instrumento básico da política de desenvolvimento e da expansão urbana do município. Nele foram criadas quatro zonas especiais de preservação cultural (ZEPEC): 1) Barão Geraldo, 2) Área de Proteção Ambiental Campinas, 3) Centro e Vila Industrial e 4) John Boyd Dunlop. Tais zonas são “porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens e atividades culturais, quanto os espaços e estruturas que dão suporte a esses bens e ao patrimônio imaterial” (Campinas, 2018, p. 10). A criação dessas zonas especiais de preservação cultural (ZEPEC) em Campinas foi resultado também da atuação política do Fórum Permanente de Cultura de Campinas.



identidades e de culturas de base comunitária, tais como LGBT, funk, hip-hop, pessoas com deficiência, cultura digital, midiativistas, pontos de cultura e outros afins;

c) 3 (três) representantes eleitos na Câmara Setorial das Culturas Populares Tradicionais, composta de celebrações, manifestações, expressões, lugares, modos de saber e fazer tradicionais das comunidades de terreiros, matrizes africanas, culturas indígenas, culturas ciganas, culturas com práticas sociais e culturais fundamentadas na oralidade, ancestralidade, costumes e modos de viver dos povos, grupos e comunidades locais;

d) 2 (dois) representantes eleitos na Câmara Setorial de Memória e Patrimônio Material e Imaterial, composta de espaços e iniciativas museológicas e de memória, arquivos, centros de referência, bibliotecas, patrimônio material, registros de patrimônio imaterial da cidade de Campinas, bem como jongo, capoeira e outros que virão e espaços e movimentos autodeclarados de ação em memória e museologia social, sendo uma das cadeiras destinada exclusivamente ao patrimônio imaterial;

e) 7 (sete) representantes eleitos nas câmaras territoriais;

f) 1 (um) representante de entidades de pesquisa, abrangendo centros de formação e gestão cultural, institutos, grupos de pesquisa e universidades (Campinas, 2020 (b), p.187).

As 19 cadeiras restantes são ocupadas pelo poder público municipal e são assim distribuídas: o(a) Secretário(a) Municipal de Cultura; 9 representantes da Secretaria Municipal de Cultura; 2 representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos; 1 representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo; 1 representante da Secretaria Municipal de Finanças; 1 representante da Secretaria Municipal de Educação; e 4 representantes dos(as) servidores(as) públicos municipais do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Cultura eleitos(as) entre seus pares – isso sendo uma inovação na representação do poder público (Campinas, 2020 (b), p.187).

Segundo Cassiane Tomilheiro (2021), atriz, produtora cultural e presidenta do FPCC na gestão de 2019 a 2020, a conquista de cadeiras para os(as) funcionários(as) concursados(as) e efetivos(as) na Secretaria de Cultura veio com a função de assegurar a continuidade de políticas culturais de longo prazo e ajudar na manutenção da memória de informações sobre a máquina administrativa.



Já sobre a existência de cadeiras para conselheiros(as) por territórios, essa proposição amparou-se na tentativa de se investir na participação dos(as) consumidores(as) ou usuários(as) de cultura de toda a cidade. A divisão das regiões que comporiam cada uma das sete câmaras territoriais foi tema de muitas discussões entre o poder público e o Fórum Permanente de Cultura em 2020, o que foge de nosso objetivo, mas mereceria maior aprofundamento em torno do comum cultural de um território.

Em janeiro de 2021, houve a primeira eleição para os(as) representantes que comporiam o novo Conselho Municipal de Política Cultural para mandatos de dois anos. Dentre os(as) eleitores(as) da sociedade civil que se cadastraram<sup>13</sup> para a eleição, houve 324 votantes. Quanto à representatividade das 7 Câmaras Territoriais, embora a lei provoque a representação territorial, houve praticamente uma chapa candidata por território e pouquíssimos(as) votantes para cada região. Houve uma média de três eleitores(as) para cada região, exceto em Barão Geraldo e na região Oeste/Nova Aparecida.

A Câmara Setorial de Artes, a que inclui os(as) artistas de elite (de acordo com nossa análise do PCult), contou com o maior número de votantes, 133 eleitores(as), e elegeu três representantes. Também elegeu três representantes a Câmara Setorial de Cidadania Cultural, com 94 votantes. A Câmara Setorial de Culturas Populares elegeu três representantes com 21 votantes e a Câmara de Memória e Patrimônio elegeu dois representantes com 10 votantes. A Câmara Setorial de Pesquisa<sup>14</sup>, com 13 votantes, elegeu uma chapa composta um professor e uma professora da Unicamp com pesquisas e atuação em participação popular e governança (Campinas, 2021, p. 2).

Debatendo com Cassiane Tomilheiro sobre a representatividade da eleição dos atuais conselheiros(as) de Campinas, a entrevistada considera que a maior mobilização da classe artística na votação foi devido ao histórico de luta política e organização profissional dos(as) artistas da cidade. Já sua hipótese sobre o

---

<sup>13</sup> Cada eleitor(a) deveria se cadastrar em uma câmara territorial ou setorial. Para o cadastro como eleitor(a) do CMPC em câmaras territoriais, era necessário comprovante de residência. Já para as câmaras setoriais, além da comprovação de residência, era necessária comprovação de atuação com cultura.

<sup>14</sup> A lei do Conselho Municipal de Política Cultural de Campinas considera as entidades de pesquisa como parte da sociedade civil, diferentemente de como versa o Guia do SNC (Minc, 2012).



baixo número de votantes nas Câmaras de Memória e Patrimônio e Culturas Populares Tradicionais relaciona-se ao fato de que a maior parte dos(as) trabalhadores(as) da cultura voltados(as) às atividades elencadas nessas câmaras setoriais não vê o trabalho que executam na área cultural como sua primeira profissão<sup>15</sup>. Já sobre a baixíssima votação para os(as) representantes das câmaras territoriais, Cassiane nos diz serem ainda necessárias muitas conquistas à participação de fazedores(as) e usuários(as) de cultura em todas as regiões de Campinas, e que a lei do CMPC funcionará durante um tempo como uma política afirmativa para essa participação.

Também, em janeiro de 2021, houve a eleição dos(as) representantes do funcionalismo da Secretaria de Cultura. Nessa eleição, 35 funcionários(as) da Prefeitura elegeram as quatro chapas que compuseram parte da representação do setor público no Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC). Quanto aos(às) demais representantes do setor público, eles(as) foram indicados(as) pelo governo seguindo a lei do CMPC.

Uma peculiaridade que ocorreu no início de 2021 foi a mudança de governo municipal concomitantemente com a instalação do novo Conselho de Cultura agora em novo molde. Nessa transição, a princípio, foi visto que a pasta da Cultura tendia a continuar gerida com recursos escassos e vontades políticas mínimas. Nos primeiros cinco meses da nova gestão municipal, houve três mudanças de Secretária de Cultura e também uma reforma administrativa, a qual resultou no desmembramento da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico e a criação da Secretaria de Cultura e Turismo. No final desse processo, houve a passagem da Secretária de Turismo, Alexandra Caprioli, ocupante do cargo desde a gestão anterior para também gerir a Cultura.

Diante desse cenário, os(as) representantes eleitos(as) do CMPC criaram o ComCult, ou seja, um coletivo que uniu as chapas eleitas pela sociedade civil e as chapas eleitas entre o funcionalismo público. Esse coletivo, mobilizando inclusive a Comissão de Cultura da Câmara Legislativa, exigiu o cumprimento da lei em relação à diplomação do CMPC e à escolha da presidência do CMPC.

---

<sup>15</sup> Tal hipótese pode ser corroborada com os dados do IBGE que apontam que no setor cultural, muitos(as) ocupados(as) neste setor o têm como trabalho secundário (Baltazar, 2021, p. 82).



Portanto, durante a fase de adaptação da nova gestão executiva, o ComCult indicou a presidência do CMPC no primeiro ano, já que segundo a lei do CMPC a presidência e vice-presidência devem ser anualmente alternadas entre o setor público e a sociedade civil. Então, elegeu-se para a presidência do primeiro ano do CMPC Andrea Mendes – mulher negra e representante titular da Câmara Setorial de Memória e Patrimônio Material e Imaterial.

A fim de investigar qual era o perfil desse novo Conselho de Cultura e saber se havia um pensamento integrado do ComCult a respeito de um projeto de política cultural para o município, realizamos, ainda no primeiro semestre de 2021, entrevistas com os(as) conselheiros(as) eleitos(as). Tal pesquisa ocorreu por meio de dois tipos de questionários<sup>16</sup>, um direcionado às chapas eleitas nas Câmaras Setoriais e Territoriais, e outro direcionado às chapas eleitas nas Câmaras de Entidades de Pesquisa e entre o funcionalismo da Secretaria de Cultura e Turismo. Tal separação foi em função da hipótese de que os(as) primeiros(as) conselheiros(as) seriam os produtores diretos da cultura da cidade e os segundos, aqueles(as) vinculados à administração pública.

Os questionários foram direcionados tanto aos(as) titulares quanto aos(as) suplentes de todas as chapas eleitas. Ao menos um(a) representante (titular ou suplente) de cada chapa respondeu à pesquisa. Percebemos a existência de um discurso semelhante entre os(as) integrantes de cada chapa e notamos a atuação efetiva de vários(as) suplentes. Desta feita, mesmo as respostas dos(as) suplentes foram consideradas como representativas.

Dentre os questionários enviados às cinco chapas eleitas nas câmaras Entidades de Pesquisa e Funcionalismo da Secretaria de Cultura e Turismo, obtivemos sete respostas. Dentre esses(as) sete respondentes, a média de idade foi um pouco mais que 49 anos, a maioria declarada branca, seis nascidos(as) em outras cidades do estado de São Paulo, um no Paraná e apenas dois em Campinas. Moravam em Campinas em média há pouco mais de 29 anos.

Dentre os(as) cinco respondentes das chapas do funcionalismo da

---

<sup>16</sup> Todos(as) entrevistados(as) foram informados(as) pela autora sobre os objetivos da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em comum acordo com a pesquisadora.



Prefeitura, um é músico da Orquestra Municipal e os(as) demais atuam na gestão de equipamentos municipais de cultura, além de terem experiência com diversas linguagens artísticas. Nas palavras de Fabiana Ribeiro, conselheira titular do funcionalismo municipal em resposta à pergunta sobre sua base de representação no Conselho:

Estamos tentando reconstruir uma base dos servidores. Porque diante aos inúmeros desmontes e enfraquecimento no campo da Cultura nas esferas municipal, estadual e federal, como do próprio serviço público, existe um pequeno núcleo. Campinas não promove concurso público para a área há mais de 10 anos. Muitos servidores saíram, seja por vontade própria, aposentadoria ou falecimento. As vagas não são repostas. Campinas há mais de 8 anos tem uma administração com uma base evangélica forte e que tenta nuclear os servidores. Aliado a isto, os técnicos da área estão se extinguindo; temos a migração de servidores de outras formações que pouco se interessam pela cultura. Assim como uma segmentação dentro da própria secretaria. A área administrativa não se mistura com as demais, quase parecendo uma "secretaria a parte" (Fabiana Ribeiro, 2021).

De forma geral, esses(as) sete respondentes valorizam a cultura como um bem público e que necessita de políticas públicas de Estado, políticas que devem ser construídas por meio da participação popular. Salientamos também o empenho em “criar metodologias e indicadores que permitam acompanhar a implantação do Plano Municipal de Cultura de Campinas, aprovado em outubro de 2020” (Malu Arruda, 2021).

Quanto aos questionários enviados às 18 chapas eleitas pela sociedade civil<sup>17</sup>, obtivemos respostas de todas as chapas, computando 22 respostas. A média de idade era quase 41 anos. Dentre os(as) respondentes, a distribuição entre brancos e pretos/pardos foi bem equitativa. Desses(as), 15 nasceram em Campinas. Em média, tinham 32 anos de moradia em Campinas. Quanto ao local de residência desses(as) conselheiros(as), observamos que as diversas regiões territoriais de Campinas estavam representadas.

De maneira geral, as linguagens artísticas a que as produções desses(as) respondentes estão vinculadas podem ser assim representadas: 5 Música, 3 Artes Cênicas, 3 Hip Hop, 2 Dança de Salão, 1 Dança, 1 Dança Populares, 1

---

<sup>17</sup> A Câmara Entidades de Pesquisa também faz parte da representação da sociedade civil no CMPC. No entanto, pelas justificativas exposta no texto, seus representantes responderam ao outro questionário.



Capoeira, 1 Audiovisual, 1 Fotografia, 1 Artes Visuais, 1 Artesanato, 1 Literatura. Um representante titular da Câmara Setorial de Memória e Patrimônio se declarou usuário dos arquivos históricos da cidade.

Nas respostas dos(as) quatro representantes da Câmara Setorial das Artes – câmara com maior número de votantes nas eleições –, percebemos o vínculo profissional das chapas com as Artes Cênicas, a Dança de Salão e o Audiovisual. A partir das respostas dos(as) quatro representantes da Câmara Setorial Cidadania Cultural, percebemos o vínculo profissional dos(as) respondentes com o Hip Hop, a Arte Periférica e a Arte-Educação. Já na Câmara Setorial Culturas Populares Tradicionais e na Câmara Setorial Memória e Patrimônio Material e Imaterial, constatamos, pelas respostas dos(as) seis representantes das chapas que colaboraram com nossa pesquisa, que os(as) conselheiros(as) enfatizam a representação da cultura afrodescendente manifestada principalmente na Música, na Capoeira e nas Danças Populares.

Já no decorrer do primeiro ano do CMPC, três chapas eleitas da sociedade civil declinaram da representação. As duas chapas da Câmara Setorial de Culturas Populares e uma das chapas da Câmara Setorial das Artes, neste caso, a mais voltada à linguagem Audiovisual.

Quanto às Câmaras Territoriais, em 2022, presenciamos a primeira reunião que os(as) conselheiros(as) dos territórios organizaram para elencarem um projeto em comum. A participação nessa reunião presencial ocorrida na Estação Cultura<sup>18</sup>, à noite, referenda a impressão que tivemos ao analisar as respostas aos nossos questionários de 2021. Inferimos que as categorias que estavam mais organizadas territorialmente, como artistas de teatro e do hip hop indicaram os(as) representantes de alguns territórios na primeira eleição do CMPC.

Quanto ao discurso dos(as) fazedores(as) de cultura voltados(as) a essas duas áreas artísticas e representantes das câmaras territoriais, o objetivo comum é a instituição de um circuito de trocas entre as diferentes regiões, a manutenção pelo setor público da Casa de Cultura do Hip Hop e também a solicitação ao setor público de manutenção em forma de programas educativos

---

<sup>18</sup> A Estação Cultura é um equipamento da Secretaria de Cultura e Turismo localizada no centro de Campinas.



dos pequenos teatros<sup>19</sup> e Casas de Cultura periféricas e geridas pela sociedade civil.

Quando de nossas entrevistas, perguntamos: “A sua produção cultural é direcionada para o bairro ou a região em que você mora? Se sim, detalhe um pouco. Se não, explique para onde e para qual público ela é direcionada.”. Dentre os(as) oito colaboradores da pesquisa representantes das câmaras territoriais, apenas duas pessoas disseram que suas ações culturais estavam estritamente ligadas ao território que estavam representando. Três mencionaram produzir não só para o território que representavam no CMPC, e três disseram que suas produções eram para um público em geral. Muitos(as) deles(as) produzem cultura para além de Campinas.

Enfim, em relação à integração cultural territorial, percebemos que há muito que se fazer tanto enquanto encontro de um discurso comum de cultura em territórios – o que envolve mapeamento e autorreconhecimento de fazedores da cultura – quanto no investimento às Casas de Cultura, que são equipamentos públicos descentralizados geridos ou pelo poder público ou pela sociedade civil.

Além das entrevistas e participação como ouvinte em reuniões, foi possível ler todas as atas do CMPC desde a sua primeira reunião até a primeira reunião realizada em 2022, todas disponibilizadas do portal de transparência da Prefeitura de Campinas<sup>20</sup>. Em relação à transparência da gestão municipal, é preciso elogiar a facilidade de acesso a informações da Prefeitura Municipal e da Câmara Legislativa de Campinas, que possui a TV Câmara<sup>21</sup> e também disponibiliza em portal da internet suas pautas e atas<sup>22</sup>. A pandemia acabou provocando a realização de reuniões remotas também no setor público e isso

---

<sup>19</sup> Essa demanda foi exposta na 6ª Reunião de 2022 da Comissão de Cultura da Câmara Legislativa, realizada em agosto. Participamos também de reuniões *on-line* da Câmara das Artes da Cena e a ideia de um circuito de circulação de espetáculos nas periferias ricas e pobres de Campinas sempre foi aventada.

<sup>20</sup> Disponível em <https://portal.campinas.sp.gov.br/secretaria/cultura-e-turismo/pagina/conselho-municipal-de-politica-cultural>

<sup>21</sup> Canal do *Youtube* onde são transmitidas as reuniões das Comissões Especiais e das Plenárias, além de ficarem gravadas todas essas reuniões da Câmara de Vereadores.

<sup>22</sup> Disponível em <https://www.campinas.sp.leg.br/institucional/comissoes-permanentes> .



impulsionou ainda mais o acesso da população a informações relacionadas à gestão pública.

Também na sociedade civil, os meios de associação pela internet facilitaram a participação popular principalmente devido às otimizações de tempo e de deslocamentos. Nesse sentido, como analisamos o CMPC em 2021, ano ainda pandêmico, e em 2022, ano que foi decretado o fim da pandemia do COVID-19 no Brasil, observamos algumas mudanças. Em 2021, todas as reuniões foram remotas. Já em 2022, os(as) conselheiros(as) decidiram revezar reuniões remotas e presenciais, além de revezarem o horário noturno e comercial.

Quanto à participação, considerando as reuniões do CMPC analisadas<sup>23</sup>, a média foi de 31 conselheiros(as) presentes dentre titulares e suplentes do setor público e da sociedade civil. Notamos, inclusive em muitas reuniões, a presença de ambos(as) ocupantes das cadeiras. Segundo relato de uma conselheira, houve um acordo entre titulares e suplentes do ComCult de trabalho em conjunto, entendendo que a presença nas reuniões eram momentos de disputas políticas. Outro fator de escolha do trabalho em conjunto é devido à limitação do tempo que os(as) conselheiros(as) da sociedade civil conseguem se dedicar à função pública, pois não são remunerados(as) para tal.

Como conclusão da pesquisa que realizamos por meio dos questionários, nota-se, entre os(as) entrevistados(as), um discurso afinado em defesa da democratização cultural na cidade e um desejo de luta política para estruturar uma política cultural consistente e contínua para o Município, ou seja, concretizar o Plano Municipal de Cultura com suas metas de curto prazo e o aumento do financiamento da cultura no Município.

Outra fonte de pesquisa foram as atas do CMPC. As pautas das reuniões decorreram das demandas do ComCult e da Secretaria de Cultura e Turismo. Em muitos momentos, ocorreram Grupos de Trabalhos paritários entre poder público e sociedade civil que estudavam determinados temas e traziam ao Conselho propostas para deliberações. Nesses GT, observamos que houve uma

---

<sup>23</sup> Para esta pesquisa, encontramos no portal de transparência da Secretaria de Cultura e Turismo as 16 atas das reuniões ordinárias e extraordinárias de 2021, além da ata de diplomação dos(as) conselheiros(as). Na época da pesquisa, só havia uma ata de 2022 disponibilizada no portal. Também participei como ouvinte da reunião ordinária de maio/2022.



distribuição de trabalhos entre os(as) integrantes das chapas da sociedade civil (titulares e suplentes) fortalecendo suas atuações.

No primeiro semestre do CMPC, com a gestão da Secretaria de Cultura e Turismo ainda se estabelecendo, o papel do ComCult foi fundamental para o norteamento de um programa de governo voltado ao cumprimento do Plano de Cultura de Campinas (PCult). Uma das primeiras pautas determinadas pelo ComCult foram as deliberações sobre o Plano Plurianual (PPA) – planejamento de políticas para 5 anos – e a Lei Orçamentária Anual.

Quando a gestão da Secretaria Municipal finalmente se estabeleceu, já havia um GT do ComCult estudando propostas para o PPA. Esse grupo que contava com muitos(as) componentes do funcionalismo público já havia, inclusive, realizado um curso on-line e gratuito sobre como era elaborado o orçamento da Prefeitura Municipal.

No diálogo com o poder público durante as primeiras reuniões do CMPC, a sociedade civil foi informada que o planejamento das políticas públicas municipais estava sendo assessorado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O GT do PPA foi então ampliado com os(as) funcionários(as) da Prefeitura que traziam esses treinamentos. Pela primeira vez, a sociedade civil participou diretamente na elaboração do programa de governo de longo prazo, tendo como amparo legal a lei do PCult. Como inovação, o PCult foi inserido no PPA de Campinas.

Concomitantemente, o ComCult realizou uma campanha nas redes sociais para Consulta Pública do PPA, colocando a temática “Cultura” como terceira prioridade escolhida (259 votos), ficando atrás apenas da Educação (451 votos) e da Saúde (284 votos). Isso garantiu que o orçamento da pasta da Cultura fosse ampliado já em 2022, com projeções de aumentos até 2025.

Outro processo inovador foram as deliberações sobre o Fundo de Investimentos Culturais de Campinas (FICC), um edital que premia os(as) fazedores(as) de cultura do município. Em 2021, as demandas do ComCult foram que o FICC seguisse ainda emergencialmente os moldes da Lei Aldir Blanc. Assim, junto com a expertise do Diretor de Cultura, Gabriel Rapassi, o FICC foi



transferido para outro fundo com regras de investimentos mais livres e, ao final, de 1.500 apresentados, cerca de 1.100 projetos de cultura foram contemplados para financiamento.

Analisando todas as discussões contidas nas atas, percebemos que, no geral, a sociedade civil conseguiu repassar uma quantidade maior de recursos aos(às) fazedores(as) de cultura por meio do Prêmio Cultura Presente, o prêmio substituto ao FICC, com valores menores e com maior número de projetos aprovados.

A tendência inicial da gestão dos primeiros três meses de governo era “devido à urgência” colocar no FICC um aporte de recursos bem menor do que realmente ocorreu com o Cultura Presente. Isso contribuiu para o fortalecimento do mapeamento cultural, que já havia ocorrido em função da Aldir Blanc, principalmente, porque uma equipe do CMPC foi financiada para plantões de dúvidas territoriais referentes ao edital.

Percebemos o quanto o poder público precisou de tempo para entender que com o CMPC não daria para despachar como estavam acostumados. As pautas do CMPC, em 2021, eram determinadas, sobretudo, pela sociedade civil que tinha a presidência do Conselho, o que foi outra inovação. Sabemos, por exemplo, que no CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas), presidido pelo poder público, os(as) conselheiros(as) recebiam as pautas no dia das reuniões, impossibilitando à sociedade civil estudos dos processos, os quais muitas vezes eram apresentados em caráter de urgência.

Já em 2022, como a presidência do CMPC passou para a Secretaria de Cultura e Turismo, as pautas começaram a ser mais orientadas pelo setor público. Isso não impediu, quando necessário, que a sociedade civil pedisse pautas no Conselho ou até mesmo na Comissão de Cultura da Câmara Legislativa como forma de pressão ao Executivo. O mesmo ocorria em 2021, quando o setor público pedia pontos de pautas à presidência do CMPC que era da sociedade civil.

Uma intercorrência que merece ser registrada foi o debate em reunião extraordinária, com grande participação de conselheiros(as), sobre a atitude



racista da Secretária de Cultura e Turismo, pauta pedida pela própria Secretária para as desculpas ao CMPC após a divulgação de uma carta de repúdio do ComCult à atitude racista da Secretária em suas redes sociais. A ata dessa reunião é uma aula sobre racismo e cultura afrodescendente.

De forma geral, a interação entre presidência e vice-presidência de Andrea Mendes, sociedade civil, e Alexandra Caprioli, poder público, ocorreu de forma harmoniosa nesses dois primeiros anos do CMPC. Nesse período, muitas vezes, a vice-presidente assumia a condução das reuniões devido a faltas da presidenta.

Sobre as demandas administrativas da Secretaria de Cultura e Turismo, um assunto foi a reforma do teatro central da cidade, o Centro de Convivência. A partir do questionamento da sociedade civil no CMPC, uma comissão foi vistoriar a obra e pediu vistas ao projeto arquitetônico. Assim, em comum acordo com o setor público, a segunda etapa do projeto, a qual envolve projetos de cenotécnica, iluminação audiovisual, acústica etc., passou a ser atualizada e fiscalizada pela classe artística.

Tanto nas discussões do FICC quanto do PPA e do Centro de Convivência nas reuniões do CMPC e GT, a sociedade civil começou a ter informações sobre o financiamento da máquina estatal que não tinha antes. Muitas vezes, parece transparecer que, se não tivesse ocorrido a abertura para a fiscalização e compartilhamento de informações, muitos recursos da Cultura poderiam ter sido realocados de forma não democrática e talvez de forma divergente dos interesses dos(as) fazedores(as) de cultura da cidade.

Outro aprendizado foram as trocas de informes das Câmaras no CMPC. Nesses momentos, era possível entender as diferentes especificidades das Câmaras Setoriais e Territoriais da cidade.

Como maior demanda ativa do ComCult, podemos elencar a investida para um programa de governo voltado para as Casas de Cultura em diferentes territórios, as quais apresentam diferentes necessidades. Foram realizadas diversas reuniões sobre esse tema tanto no CMPC quanto na Câmara de Vereadores. O ComCult lançou uma campanha nas redes sociais #NãoDeixeasCasasdeCulturaQueimarem. Enquanto encaminhamento, a



Secretaria criou a Coordenação de Cidadania Cultural, em substituição à Coordenadoria de Ação Cultural, trazendo novas contratações de funcionários administrativos para o setor.

No entanto, segundo parecer dos(as) conselheiros(as) presentes na reunião das Câmaras Territoriais, realizada em 2022, a Secretaria ainda não tinha uma política de desenvolvimento cultural para as Casas de Cultura e a descentralização das ações culturais.

Outro fato digno de nota foi a escolha do novo maestro da Orquestra Sinfônica de Campinas. Segundo normas, tal escolha é do Prefeito a partir de uma lista tríplice apresentada pela Associação dos Músicos da Orquestra Sinfônica Municipal. Na transição do governo, aprovou-se uma lei que indicava um perfil acadêmico para o cargo, restringindo as opções dos músicos e também criando um cargo divergente do plano de carreiras da Orquestra. Concomitantemente a essas disputas jurídicas para a reformulação da lei, a Associação Campinense de Letras fazia uma campanha nos jornais da cidade para determinada indicação de maestro, divergindo da Associação de Músicos. Ao final desse processo, foi escolhido um novo maestro que compunha a lista tríplice, o que agradou muito o coletivo de músicos da orquestra.

Ao final do primeiro ano do CMPC, houve uma reunião de avaliação. Chamou-nos a atenção o depoimento do conselheiro Mateus (suplente da Câmara Setorial Memória e Patrimônio) quando o mesmo disse que conquistou mais segurança de se posicionar no decorrer das reuniões. Outra fala que resume com propriedade o ocorrido no CMPC em seu primeiro ano é a avaliação do conselheiro Orestes, representante do funcionalismo público.

Orestes: boa tarde todos e todas! Eu não poderia deixar de me pronunciar. Acredito que esse Conselho, até porque já participei de outros, ele possui uma inegável importância histórica, que transcende o aqui e o agora. Esse Conselho pelo desempenho nesse seu primeiro ano, demonstra a possibilidade de um outro futuro real. Não é um delírio imaginativo, uma utopia, é uma evidência concreta da possibilidade histórica de estabelecer uma nova forma de relação da sociedade civil, do cidadão com o Estado. Vários aspectos que evidenciam isso entre outros, quero citar três: primeiro a qualidade da lei que implantou esse Conselho e, parabênzito aqueles que durante anos lutaram pela construção desta lei. A lei construída com a participação da sociedade civil não imposta por muitas vezes acontece



de cima para baixo e, a importância da aprovação dessa lei pelo Legislativo e Executivo. É uma das mais avançadas em termos de Conselhos de maneira geral, inclusive, de Cultura. Um o outro aspecto que também considero de maior relevância, foi a liderança da Andrea, pelas suas qualidades intelectuais, políticas e humanas ela exerceu com brilhantismo, essa difícil tarefa de assumir a condição de presidir o Conselho, no momento da sua inauguração e tendo que enfrentar muitas turbulências; e um terceiro elemento também é uma evidência concreta; é o poder público. A Alexandra, Secretária atual de Cultura; o Gabriel; a Letícia e os outros funcionários que demonstram na prática, não retórica, sua vocação democrática, aberta ao diálogo com convergências, divergências, mas sempre abertos ao diálogo (Ata da 16ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, 15/12/2021).

Já em 2022, o tema mais debatido no CMPC até o presente momento foi a ocupação da Estação Cultura – um complexo ferroviário tombado como patrimônio e que, à revelia da Secretaria de Cultura e Turismo, estava sendo tratado nos projetos Campinas Decor, Trem Intercidades e Shopping Popular. Esses projetos eram noticiados nos jornais e também os(as) funcionários(as) de carreira da Prefeitura compartilhavam tais informações para os(as) conselheiros(as) da sociedade civil. Assim, o assunto tornou-se uma polêmica no CMPC. A pedido do ComCult, foi realizada uma reunião da Comissão de Cultura da Câmara Legislativa com arquitetos, vereadores(as) e a Secretaria de Cultura e Turismo.

A partir de muita reclamação do CMPC, os projetos foram postos em diálogo. A princípio, a Secretaria de Cultura e Turismo explicava aos(as) conselheiros(as) que não competia a ela a manifestação no projeto. Assim como em outras pautas que implicavam em disputas com interesses imobiliários e de concessionárias de vias de transporte<sup>24</sup>, a Secretaria, a princípio, se mostrou afastada das decisões.

Só depois de muita pressão e fiscalização do CMPC, a Secretaria de Cultura e Turismo assumiu um discurso de que a Estação Cultura lhe pertencia. Assim, foi assinada uma nota assinada pelos(as) representantes do setor público e da sociedade civil no CMPC, exigindo a participação no debate de ocupação do espaço e manifestando-se contra a venda de qualquer prédio da Estação.

---

<sup>24</sup> Outra pauta do CMPC que esbarrou em interesses imobiliários foi o fechamento das vias de acesso ao Centro Cultural de Barão Geraldo.



Assumindo também o discurso de que a Estação Cultura é da Cultura, a Secretaria de Cultura e Turismo realizou, em agosto de 2022, uma Virada Cultural com grande sucesso de público.

Percebemos que houve uma tomada de posição em defesa da cultura, inclusive como matéria-prima para o desenvolvimento econômico do centro da cidade, território onde fica a Estação Cultura. Enfim, teríamos mais uma série de conquistas do CMPC a mencionar neste artigo. Porém, uma síntese será necessária.

### Considerações finais

Terminamos esta pesquisa em 2022, às vésperas da eleição para novos(as) conselheiros(as) de cultura para Campinas. Em comparação à primeira eleição, para os(as) eleitores(as), não há mais a exigência de comprovação de atuação exercida na cidade na área cultural. Há apenas a exigência de comprovação de identidade e residência no Município. Entendemos que a mudança foi em direção aos usuários da cultura. Já para os(as) candidatos(as) a conselheiros(as), a comprovação de atuação no campo cultural se mantém. Vejamos como será o resultado das eleições, sobretudo, nas Câmaras Territoriais – que não contam ainda com uma mobilização cultural estabelecida enquanto hábito e entendida como campo de disputa política.

Diante das disputas da cultura na arena política, muitas vezes em confronto com interesses do capital, e ao aprendermos o modo operante da máquina pública acompanhando o processo do CMPC, percebemos que a entrada de pessoas fazedoras de cultura nesses espaços provoca uma ética nova de organização.

Foi necessário um esforço de participação popular na governança da Cultura em Campinas para que passos em direção à implantação de uma política cultural de longo prazo fossem dados. Nota-se muito esforço da sociedade civil na cobrança e proposição de ações para o desenvolvimento cultural da cidade, mas também há uma abertura ao diálogo da atual gestão municipal para a escuta dos fazedores de cultura.



A partir da análise desses primeiros dois anos do CMPC, observamos que todas as deliberações foram conduzidas por um pensamento de política pública de ambos os lados, tanto da sociedade civil quanto do poder público.

Uma conclusão que salta aos olhos é que os(as) conselheiros(as) da sociedade civil precisam ser remunerados(as). O pagamento de cerca de 4 horas semanais pelos serviços ao CMPC já seria mais justo do que o que se configura até o momento. Com a volta aos eventos culturais presenciais e à produção artística pós-pandemia, muitas pessoas da classe trabalhadora da Cultura não conseguirão dispor de seu tempo para trabalhos voluntários e representativos de base no CMPC.

Teoricamente, a tendência é que o CMPC se torne uma arena de disputas de interesses mais corporativos. Por outro lado, o fato de os mandatos serem apenas de dois anos pode favorecer a manutenção de interesses mais democráticos no CMPC. O Plano de Cultura, por ser um plano construído em Conferências de Cultura e que abrange um período de 10 anos, deverá ser o balizador para não desvios de norte.

Enfim, completamente interessante nesse modelo é que o processo não está dado. As forças políticas estão o tempo todo em ação, sendo vistas, elaboradas e colocadas em diálogo para a construção de um comum, comum consciente de sua efemeridade e disposto a esse risco – tal nos parece ser o acréscimo que os artistas da cultura estão colocando na arena da macropolítica campineira.

Vale ressaltar que o modelo desse Sistema Nacional de Cultura flexível às demandas contínuas dos interessados em cultura e idealizado para o exercício democrático de formulações políticas é uma matriz relacional de regras de um jogo processual de corajosa crença na democracia.

Concluimos com a frase de Paul B. Preciado, no prefácio ao livro de Suely Rolnik, “Todo processo de transformação política que não contemple a descolonização do inconsciente está, adverte-nos Suely, condenado à repetição (inclusive quando há deslocamento) das formas de opressão” (Rolnik, 2019 p. 18).

## Referências

ARRUDA, Malu. Carmen Lucia Rodrigues Arruda [26 de maio de 2021]. Entrevistadora: Márcia C. Baltazar . Questionário não publicado, 2021. Questionário eletrônico (10 questões). Entrevista concedida sobre a representação no CMPC.

BALTAZAR, Márcia. Setor Cultural de Sergipe (e do Brasil): podemos pensar em desenvolvimento? *Moringa – Artes do Espetáculo*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2177-8841.2021v12n1.59961. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/moringa/article/view/59961>. Acesso em: 29 ago. 2022.

CAMPINAS. Edital de Convocação para Realização da Eleição do Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Campinas. Ata de Apuração da Eleição. *Diário Oficial* do Município de Campinas, Poder Executivo, Campinas/SP, 03 de fevereiro de 2021.

CAMPINAS. Lei complementar nº 189, de 08 de janeiro de 2018. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico do Município de Campinas. *Diário Oficial* do Município de Campinas, Poder Executivo, Campinas/SP, 09 de janeiro de 2018. Nº 11.754 - Ano XLVII.

CAMPINAS. Lei nº 15.997, de 7 de outubro de 2020. Institui o Plano Municipal de Cultura de Campinas. *Diário Oficial* do Município de Campinas, Poder Executivo, Campinas/SP, 08 de outubro de 2020 (a). Nº 12.436 - Ano XLIX, p. 1 - 183.

CAMPINAS. Lei nº 15.999, de 7 de outubro de 2020. Institui o Conselho Municipal de Política Cultural e dá outras providências. *Diário Oficial* do Município de Campinas, Poder Executivo, Campinas/SP, 08 de outubro de 2020 (b). Nº 12.436 - Ano XLIX, p. 186 - 188.

CARREIRA, André. *Teatro de invasão do espaço urbano. A cidade como dramaturgia*. São Paulo: Hucitec, 2019.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural. Cultura e Imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CORNAGO, Óscar; FERNANDES, Sílvia; GUIMARÃES, Júlia (org.). *O Teatro como experiência pública*. São Paulo: Hucitec, 2019.

CRUZ, Hugo; BEZELGA, Isabel; MENEZES, Isabel. Para uma tipologia da participação nas práticas artísticas comunitárias: A experiência de três grupos teatrais no Brasil e Portugal. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, Porto Alegre, 10(2), 01–30, 2020. Acesso: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/89422>

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Dos galpões industriais aos espaços públicos da cidade: alguns processos de configuração espacial nas artes da cena brasileira.



*Urdimento* – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 38, p. 1-31, 2020. DOI: 10.5965/14145731023820200023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18005>. Acesso em: 29 ago. 2022.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Guia de Orientações para os Municípios. Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: Minc, 2012.

PUPO, Maria Lúcia de Souza Barros; VELOSO, Verônica. Ação Cultural e Ação Artística: territórios movediços. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, Porto Alegre, 10(2), 01–21, 2020. Acesso: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/96342>

RIBEIRO, Fabiana da Silva. Depoimento [4 de junho de 2021]. Entrevistadora: Márcia C. Baltazar. Questionário não publicado, 2021. Questionário eletrônico (10 questões). Entrevista concedida sobre a representação no CMPC.

ROLNIK, Suely. *Esferas da Insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

TOMILHEIRO, Cassiane. Depoimento [9 de agosto de 2021]. Entrevistadora: Márcia C. Baltazar. Entrevista não publicada, 2021. 1 arquivo mp4 (60 min). Entrevista concedida sobre o Fórum Permanente de Cultura de Campinas.

Recebido em: 29/08/2022

Aprovado em: 15/10/2022